
Texto de apoio
Educação Patrimonial

(O presente texto de apoio tem como base excertos do trabalho de mestrado “Dar voz aos objectos, contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola” e outra investigação realizada no âmbito do património.)

Museus na actualidade – exigências funcionais

Incluir este ponto encontra justificação pelo facto de, actualmente, se observar uma circulação considerável de peças e colecções e portanto a necessidade de cada museu dispor de um conhecimento real sobre o seu espólio e também, por se assistir a uma proliferação de exposições/museus sem anteriormente existir um trabalho estrutural de base para a sua organização. No entanto, a inventariação museológica é uma prática antiga pois desde sempre existiram inventários mais ou menos profundos sobre o espólio dos museus. A opção recente reside na sua informatização e nos procedimentos a considerar para que esta surja como um meio auxiliar e eficaz na acção desenvolvida pelos museus, nomeadamente no que concerne à circulação da informação.

A este respeito, Raquel da Silva, Directora do Instituto Português de Museus refere:

As exigências próprias da informatização – que devem ser equacionadas paralelamente às da Museologia contemporânea e às dos saberes técnicos e científicos das diversas áreas das colecções – exigem-nos hoje uma atitude de máximo rigor conceptual, apontando a urgência do estabelecimento de nomenclaturas, glossários e *thesauri* de referência inquestionável. Estes

Texto de apoio

Educação Patrimonial

instrumentos deverão, futuramente, ser uma componente essencial da Rede Portuguesa de Museus, permitindo uma circulação eficaz da informação e da comunicação, entre os profissionais e com os diversos sectores dos públicos (Silva,2000:7).

Relativamente ao exposto é importante considerar a relação de tutela existente entre o museu e o objecto, quer esta se faça de forma permanente – quando o objecto faz parte do acervo do museu ou integra as suas colecções– ou de forma temporária – se o objecto não é propriedade do museu.

A primeira das situações obriga a um determinado *comportamento* por parte do museu e à definição de algumas fases, entre elas:

■ **incorporação** ■ é o estatuto de entrada do objecto para o património do museu, (quer se faça por achado, doação, compra...) e que se prende com as suas linhas de orientação;

■ **identificação** ■ é o processo que visa o conhecimento essencial do objecto, através da determinação e anotação dos seus elementos característicos¹. Para que tal seja possível é necessário que se aplique

¹ Os elementos de identificação dos objectos podem ser de natureza administrativa – proprietário, categoria, classificação, localização, qualidade, entre outras e de natureza física –nomeadamente, tipo, material, dimensões, estado de conservação. Existe ainda neste processo de identificação dos elementos característicos dos objectos, o registo dos elementos relativos ao conhecimento científico e vivencial dos mesmos. “A identificação dos objectos no momento da recolha, consiste na aposição de uma etiqueta de identificação e de notas acompanhando o objecto, tem lugar logo no momento em que o objecto é adquirido (...) e esse número inscreve-se no objecto, directamente ou numa etiqueta. A marcação no próprio objecto

Texto de apoio

Educação Patrimonial

um conjunto de preceitos, em função de um sistema previamente definido, de acordo com os objectivos e missão do museu (criação de uma grelha conceptual de análise dos objectos com indicação de categorias e subcategorias).

Sobre o assunto, Henri Rivière e o Instituto Português dos Museus (IPM) referem o seguinte:

L'étude des collections suppose parallèlement l'élaboration d'instruments de classement et d'analyse, qui servent autant l'organisation de la documentation que la mise en place d'une gestion rigoureuse. (...) Les musées toutefois, organisent leur documentation selon des méthodes variées, reflétant les spécificités de leurs disciplines de base, la diversité des concepts d'analyse et les moyens disponibles (Rivière, 1973 :173).

O estabelecimento de parâmetros de classificação de bens museológicos não deverá obedecer a critérios valorativos em relação às peças ou escamotear situações mais ou menos complexas, genericamente agrupadas sob títulos indiferenciados, como é o caso das secções de “Diversos. (Pinho,2000:17)

Para este efeito o Instituto Português de Museus elencou e publicou um conjunto de normas, para diversas áreas, com vista à normalização dos dados, à informatização das colecções e ao carregamento da Ficha de Inventário Matriz², para que resulte uma uniformização (linguagem comum) tanto nos sistemas de documentação como na produção de catálogos.

não é aconselhável no momento da recolha, mas apenas quando da numeração definitiva no museu” (Oliveira, 1971:59).

² Em anexo.

Texto de apoio

Educação Patrimonial

A adopção de normas aceites internacionalmente, assim como a digitalização/informatização, constitui uma mais-valia pois permite a identificação, a descodificação rápida da informação e a optimização da informação relativa aos objectos e/ou às colecções quer se trate de razões de estudo e pesquisa, quer seja por desaparecimento das peças. Assim, a normalização da metodologia, as regras de registo da informação e o melhoramento gradual das linguagens documentais usadas em cada área temática, são factores indispensáveis à eficácia funcional das entradas e, conseqüentemente, a uma classificação homogénea, condição indispensável no processo de partilha e recuperação da informação.

No entanto, a documentação normalizada deve ser alvo de mecanismos regulares de controlo que proporcionarão a validação de critérios comuns no processo generalizado de informatização, a sua (re)avaliação e (re)adaptação às necessidades específicas de cada colecção (Pinho, 2000).

Contudo, num contexto de digitalização dos inventários, constitui um desafio para os museus a capacidade de realizar um exercício de abstracção a partir da realidade conhecida, com vista à optimização da comunicação, designadamente na uniformização de conceitos operativos, nomenclaturas, glossários e elaboração de *thesauri* (Pinho, 2000:16).

■ **inventariação** ■ é o elemento de identificação de cada objecto constituído por um código numérico exclusivo (simplex ou composto) de acordo com uma tipologia previamente estabelecida:

simplex: sequência simplex de números por ordem da realização da incorporação;

Educação Patrimonial

composto: com combinação de números (ordem e data de incorporação, registos anteriores, etc.);
com combinação de números e letras (onde para além do mencionado anteriormente ainda consta a secção, sub-secção, entre outras).

O número de inventário deve ser colocado em cada objecto, constituindo, para além de um elemento de identificação, uma marca de propriedade do objecto³ observando-se que “(...) the physical act of numbering objects is accomplished in various ways, according to the properties of the object itself” (Graham, 1964:3).

Da inventariação inicial dos objectos incorporados surge o Inventário Geral de todo o acervo do museu, independentemente das suas características, das suas funções, dos seus materiais constitutivos.⁴

Por inventário museológico entende-se a relação mais ou menos exhaustiva de todos os objectos que constituem o acervo próprio da instituição, independentemente do seu modo de incorporação, e que são passíveis de registo no Livro de Inventário Geral do museu. O objectivo principal do inventário do museu é identificar de forma exhaustiva e individualizada todas e cada uma das peças que constituem o seu espólio, tendo em conta princípios básicos de normalização internacionalmente adoptados no âmbito da Museologia, salvaguardando, no entanto, as particularidades dos acervos e a

³ A marcação deverá ter por princípio a integridade do objecto (em conformidade com as suas características físicas, por forma a não causar danos) e a acessibilidade (facilidade de visualização).

⁴ O inventário também pode ser seccional em que, cada objecto se relaciona com os outros, existindo em cada secção um conjunto de afinidades.

Educação Patrimonial

vocação específica das diferentes instituições que os albergam (Pinho, 2000).

O processo de inventariação dos objectos pode ser feita por meios informáticos ou manuais (livro e fichas/ficheiros).

Para além do Livro de Inventário Geral existe uma ficha de inventário individualizada de todos os objectos. Esta ficha deverá conter informações relativas aos objectos, físicas e funcionais, a categoria em que o objecto se insere assim como outras referências consideradas pertinentes.

Sobre esta matéria o Instituto Português de Museus refere que a referida ficha presume um conceito de inventário desenvolvido, no sentido em que a identificação do objecto deve ser completada com outros dados caracterizadores, nomeadamente a sua proveniência exacta, o conhecimento do percurso que a mesma realizou ao longo do tempo, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações várias, não se pretendendo com este trabalho a vinculação para todo o universo museológico nacional pois, as especificidades dos museus impõem, por vezes, critérios de classificação alternativos ou adaptações (Pinho, 2000).

Muito embora a especificidade da temática do museu a que se refere o trabalho, *património escolar*, nenhuma das fases anteriormente referenciadas podem ser descuradas devendo-se apenas, fazer as adaptações consideradas pertinentes, tendo em conta as particularidades da colecção e os princípios básicos de normalização adoptados no âmbito da Museologia. Desta forma, surge como trabalho

Texto de apoio

Educação Patrimonial

prioritário a organização de uma matriz conceptual para classificação dos objectos recolhidos e a adaptação da ficha de registo, inserindo campos que possibilitem um mais completo conhecimento sobre eles pois que, na qualidade de cultura material da escola, os objectos não se esgotam em si próprios e o seu potencial só poderá ser alcançado se esses fragmentos forem contextualizados na trama social e na vida dos indivíduos. Por isso, a sua catalogação não se pode restringir a uma breve descrição física dos objectos, como se não fossem o resultado de um processo cultural, num dado momento.

En effet, ces données ne prennent sens qu'accompagnées de documents qui les situent dans le contexte précis et connu. Aussi le musée ne s'intéressera-t-il à l'objet ou au phénomène que dans la mesure où les données de la recherche peuvent établir les liens multiples qui l'apparentent à d'autres objets ou phénomènes. Il convient donc d'approfondir au maximum les capacités d'information qu'offrent ces choses réels et leur environnement (Rivière, 1973 :173).

Exemplos de material de suporte para classificação e inventariação cultura material da escola

Por forma a dar resposta a um dos objectivos deste trabalho e que se prende com a constituição de materiais de suporte para a organização de um museu de escola, foram analisados os materiais produzidos pelo Instituto Português dos Museus, pelo Instituto Histórico da Educação e outros documentos técnico/científicos sobre a problemática. Desta análise resultou a necessidade de concepção de uma ficha de levantamento patrimonial, uma matriz conceptual de classificação e uma ficha de inventário, adaptadas à cultura material da escola.

Educação Patrimonial

Os materiais a seguir apresentados, embora constituindo o produto final deste capítulo, não lhes é atribuído o estatuto de *versão definitiva*, pois carecem de uma revisão técnica mais aprofundada, das reformulações intrínsecas à evolução do projecto, assim como da validação por parte das entidades competentes⁵.

3.2.1. Ficha de levantamento/recolha patrimonial

Para se proceder, de forma sistemática, à recolha dos objectos escolares organizou-se uma ficha de recolha patrimonial, com base na já elaborada pelo Instituto Histórico da Educação, por atender a pormenores técnicos com base na problemática do estudo.

Os parâmetros constantes na ficha possibilitaram a organização de uma base de dados atendendo à tipologia dos materiais recolhidos, locais, quantidade, entre outros.

A ficha divide-se em duas partes distintas sendo que a primeira respeita à identificação e local onde se situam os objectos e a segunda (que se subdivide em três vertentes) à tipologia de materiais identificados e/ou recolhidos.

A nomenclatura atribuída a cada uma destas subdivisões – Património Bibliográfico, Património Arquivístico e Património Museológico– requer esclarecimento por induzir a confusões conceptuais e/ou sobre os objectivos dos materiais recolhidos. Sabendo-se que “qualquer” objecto

⁵ Por razões de ordem económica não foi possível a aquisição do material informático para inventariação do Património Cultural Móvel (Matriz-IPM). No entanto, a consciência da necessidade de uma “linguagem comum” esteve subjacente à organização dos materiais.

Texto de apoio

Educação Patrimonial

se pode constituir como elemento do espólio de um museu, a opção pela nomenclatura utilizada recaiu na relação social do objecto, por forma a facilitar a sua recolha e sistematização⁶.

Por último, e ainda de forma incipiente, a ficha deixa um espaço de registo para a anotação de contactos a estabelecer com pessoas, que manifestaram disponibilidade em *contar histórias sobre a escola*. No entanto, esta circunstancia só se tornou mais pragmática, na altura do contacto directo com os sujeitos.

FICHA 2 ❖ LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

Estabelecimento de Ensino

Distrito	Concelho	Freguesia
----------	----------	-----------

Data de construção

PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO

TIPO DE MATERIAL	QUANTIDADE	DATA	IDENTIFICAÇÃO	LOCAL
Manuais escolares				

⁶ Pelo facto de, no decorrer da recolha participarem alunos estagiários da Escola Superior de Educação de Beja e uma funcionária colocada pelo centro de Emprego, a nomenclatura utilizada facilitou a localização de alguns materiais que, em algumas escolas, se encontram em local próprio.

Texto de apoio

Educação Patrimonial

Bibliotecas Escolares				
Jornais e/ou revistas				
Outros (quais?)				
Notas:				

Texto de apoio
Educação Patrimonial

PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO

TIPO DE MATERIAL	QUANTIDADE	DATA	OUTROS DADOS	LOCAL
Diários freq.				
Livros de matrícula				
Livros de passagem				
Livros de Actas				
Outros (quais?)				
Notas:				

PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	DATA	OUTROS DADOS	LOCAL
Bancadas				
Secretárias				
Carteiras				
Armários				
Outros (quais?)				
Notas:				

Texto de apoio

Educação Patrimonial

MATERIAL DIDÁCTICO	QUANTIDADE	DATA	OUTROS DADOS	LOCAL
Mapas				
Material de laboratório				
Caixa métrica				
Outros (quais?)				
Notas:				

Texto de apoio

Educação Patrimonial

OUTROS MATERIAIS	QUANTIDADE	DATA	OUTROS DADOS	LOCAL
Réguas				
Ponteiros				
Fotografias				
Pinturas				
Bandeiras				
Outros (quais?)				

Notas:

Registo do nome de pessoas que disponibilizem documentos de vida ou que tenham para contar histórias sobre a escola.

3.2.2. Matriz conceptual de classificação

Por desconhecimento da existência de uma matriz de classificação, originária de outras entidades, para materiais escolares, surge esta proposta que, não invalidando posteriores aprofundamentos ou reformulações, se constituiu como base de trabalho para a categorização do espólio do projecto *Museu da Escola* e se organizou nas linhas de orientação do Instituto Histórico da Educação e nas normas gerais de inventário do Instituto Português dos Museus.

FICHA 3 ❖ CLASSIFICAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DA ESCOLA

BLOCOS	CAMPO DE DESIGNAÇÃO	CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS
Artefactos fixos	Estrutura	Edifício	Escola, casas de banho, arrumações, sótão, entradas
		Fragmento de edifício	Arcadas, lareiras, escadas
		Estrutura anexa	Cantinas, cisternas, muro, portão
Artefactos móveis	Recheio do edifício	Acessórios Iluminação Mobiliário	Bancada, secretária, carteiras, armários

Texto de apoio

Educação Patrimonial

			Pessoais	Bata, lousa, pastas
			Simbólicos	Cruz, emblemas, bandeiras, estandarte
			Recreativos	Jogos, bolas, brinquedos
			Decorativos	Quadros, desenhos, trabalhos
	Objectos de uso		Didáctico	caixa de música, pianola, mapas, cartazes, caixa métrica
			Identificação	carimbo, selo branco, sinete
			Controlo	Palmatória, régua, ponteiro
			Documentais	Álbuns, fotografias, diplomas, Diários de frequência, livros de matrícula
			Bibliográficos	Manuais escolares, bibliotecas, jornais, ofícios

Texto de apoio

Educação Patrimonial

Campo 1

Considera-se estrutura, os artefactos construídos para responderem a uma necessidade humana, num espaço relativamente permanente

Categoria 1.1 > construção de característica sólida, frágil ou portátil, geralmente fechada

Categoria 1.2 > peças criadas para fazerem parte da decoração ou da estrutura do edifício

Categoria 1.3 > criações que, estando na área do edifício, não fazem parte dele nem lhe estão ligadas

Campo 2

Considera-se recheio do edifício peças que são criadas para responderem à função da estrutura construída

Campo 3

Consideram-se objectos de uso os materiais produzidos para dar resposta aos vários objectivos

e actividades decorrentes da construção da estrutura. Considera-se:

Categoria 3.1. > objecto pessoal aquele que permite o uso ou actividades individuais

Categoria 3.2. > objectos simbólicos são indutores de uma mensagem reconhecida colectivamente

Categoria 3.3. > objectos recreativos são os utilizados para fins lúdicos

Categoria 3.4. > materiais apresentados com finalidades estéticas e/ou decorativas

Categoria 3.5. > materiais utilizados como facilitadores do ensino/aprendizagem

Categoria 3.6. > materiais produzidos especificamente para identificação ou controlo administrativo

Categoria 3.7. > objectos utilizados com finalidades punitivas e disciplinares

Categoria 3.8. > materiais que documentam o percurso da organização

Categoria 3.9. > materiais escritos onde se registe autor, edição e data e que constitua ou tenha constituído fins recreativos, informativos, técnicos

A matriz de classificação e as categorias apresentadas resultaram de um trabalho sobre os objectos, com base na sua função e na atribuição

Texto de apoio

Educação Patrimonial

de significado feita pelos seus utilizadores e não a partir de critérios valorativos ou de outros resultantes dos materiais de constituição.

3.2.3. Ficha de Inventário Geral

A memória modifica os objectos, as funções, as abordagens e a própria escrita.

Por isso a necessidade de organizar um instrumento próprio – as fichas de inventário – que para além de conter dados sobre a posição no acervo, de cada documento incorporado, a função e aspectos físicos, as condições e período de utilização na escola, acrescentasse outras informações capazes de estimular sua utilização como fonte de pesquisa, de sugerir novos estudos.

FICHA 4 ❖ INVENTÁRIO GERAL

IDENT.:

Identificação	Inst/Proprietário:	Nº Inv. Fot.: Loc.: Autor:
	Classificação/Categorias:	
Concepção	Denominação:	Altura:
	Título:	Largura:
	Nºs.Inv.Ant.:	Espessura:
	Época:	
	Escola/estilo:	
	Autoria:	
	Origem:	
	Data:	

Texto de apoio

Educação Patrimonial

Fabrico	Materiais utilizados:	
	Técnicas:	
	Marcas:	
Função	Função:	Estado de conservação:
	Forma de utilização:	Incorporação
	Localização espacial:	Data de Incorporação: Modo de Incorporação: Proveniência:

Texto de apoio
Educação Patrimonial

Descrição

História da peça

Dar voz aos objectos:
Memórias /Micro histórias

O modelo inicialmente adoptado, mantém um sentido provisório pois, embora concebido na convergência com a Ficha de Inventário do Património Móvel – Matriz – não garante a mesma quantidade de informações permitindo, no entanto, a fácil transcrição dos dados.

A ficha foi concebida por forma a dar resposta a várias informações sobre os objectos:

- 1- Identificação– descritor que individualiza a peça de forma inequívoca, feita através de um número de inventário, de um registro fotográfico, de classificação atribuída a partir das categorias previamente estabelecidas, assim como de informações relativas ao proprietário, nome pelo qual é vulgarmente designada e título atribuído pelo seu autor;
- 2- Concepção, fabrico e função– descritores que traduzem o percurso material da peça desde os aspectos conjunturais da sua concepção até à formas de utilização;

Texto de apoio

Educação Patrimonial

3- Descrição, história da peça e micro-história- descritores que permitem o registo de particularidades, de espaços e tempos onde a peça pertenceu assim como de memórias pessoais e sociais associadas.